

Vasco Cordeiro chama Governo ao Parlamento para explicar acordo com a Ryanair

O Presidente do Grupo Parlamentar do PS/Açores, Vasco Cordeiro, anunciou ontem que vai suscitar uma interpeção ao Governo Regional, no próximo plenário da Assembleia Legislativa da Região, sobre os termos do acordo estabelecido com a Ryanair a propósito da operação para os Açores.

“O Governo Regional do PSD, do CDS e do PPM, que tem contado com o apoio do Chega e do Iniciativa Liberal, está, desesperadamente, a tentar esconder aquilo que acordou com a Ryanair. O que tem sido tornado público é pouco e nem sequer é anunciado por qualquer um dos intervenientes. O Governo Regional tem a obrigação de esclarecer quais os termos desse acordo. Mas isso não é só uma obrigação do Governo. É, também, uma necessidade urgente dos empresários do sector turístico de forma a poderem planear a sua actividade para o futuro”, consi-



derou Vasco Cordeiro.

“Também no que diz respeito à transparência, este Governo Regional degrada-se a olhos vistos. Mas os

açorianos não podem ficar mais prejudicados por isso. O que se torna necessário saber é, desde logo, a que frequências diárias, de que origens e

com que disponibilidade de lugares para as ilhas de S. Miguel e Terceira o Governo Regional deu o seu acordo; quais as contrapartidas a que o Governo Regional se comprometeu com a Ryanair e quantos postos de trabalhos, directos e indirectos, relativos à operação da Ryanair, nas ilhas Terceira e S. Miguel, o acordo negociado pelo Governo Regional garante” revelou o líder parlamentar socialista que é, também, Presidente do PS/Açores.

A interpeção ao Governo Regional é uma figura prevista no regimento da Assembleia, no âmbito dos processos de fiscalização política.

Qualquer Grupo ou representação parlamentar ou um mínimo de cinco deputados pode provocar, por meio de interpeção ao Governo Regional, a abertura de dois debates em cada sessão legislativa sobre assuntos de política geral ou sectorial.

Agricultores protestam contra aumento do preço do gasóleo agrícola

O Governo Regional dos Açores anunciou uma subida de 9,1 cêntimos por litro no gasóleo agrícola a partir do dia 1 de Setembro, “o que vem penalizar o sector que mais tem contribuído para o equilíbrio da coesão socioeconómica regional, ainda para mais, num período que coincide com a colheita dos milhos forrageiros e com o forte aumento do consumo de combustíveis”, acusa a Federação Agrícola dos Açores.

“O aumento do gasóleo agrícola tem penalizado numa forma significativa, os sectores produtivos da Região, como o agrícola, em que os custos dos fatores de produção das explorações, sofreram aumentos e assim têm surgido cada vez mais dificuldades aos agricultores, cujas receitas têm vindo a diminuir devido às baixas do preço do leite, vendo assim uma diminuição dos seus rendimentos diários”, sublinha a Federação em comunicado enviado ao nosso jornal.

“Num período de austeridade como o que atravessamos, a Federação Agrícola dos Açores apela à intervenção do Governo dos Açores de uma atenção particular, para a sustentabilidade e competitividade da Região, que não podem ser postas em causa, porque se tal acontecer, toda a economia regional será negativamente afectada, e consequentemente o sector agropecuário”, conclui.

Parlamento regional bate recorde com orçamento de 15,4 milhões de euros

As despesas de funcionamento da Assembleia Legislativa dos Açores vão aumentar em 2024 para 15,4 milhões de euros, o orçamento mais elevado de sempre do órgão máximo da autonomia regional, devido a obras de beneficiação de edifícios.

“Daí que o nosso orçamento suba, não por uma questão de despesas correntes, mas sobretudo por uma questão de despesas de capital, de investimento”, justificou ontem o Presidente da Assembleia Regional, Luís Garcia, ouvido na Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, reunida por videoconferência.

Segundo o deputado social-democrata, estão reservados 700 mil euros, acrescidos de IVA (imposto sobre o consumo), para as obras de beneficiação da delegação do Parlamento em Ponta Delgada.

Pretendia-se que a empreitada fosse realizada neste ano, mas o concurso ficou deserto.

“O edifício tem uma infestação grande de térmitas, tem problemas de infiltrações, tem instalações sanitárias que já não são dignas de utilização e tem falta de espaços para os senhores deputados, devido ao aumento de grupos e representações parlamentares”, explicou Luís Garcia, para justificar a necessidade de uma intervenção mais profunda no imóvel.

O montante de despesas do parlamento açoriano aumenta de 14,3



milhões de euros em 2023 para 15,4 milhões em 2024 também devido ao aumento de encargos com pessoal, que sobem para 9,8 milhões de euros (mais 350 mil do que no corrente ano) devido à valorização das carreiras dos funcionários públicos.

“É evidente que nós sabemos que não é popular aumentar o orçamento da Assembleia”, reconheceu o Presidente do Parlamento, admitindo que “era possível aos serviços apresentarem um orçamento menor” se a opção fosse “ignorar necessidades e investimentos urgentes” e “empurrar os problemas com a barriga para a frente”.

Do total de despesas do parlamento, destacam-se também os vencimen-

tos dos deputados, que ascendem a 2,5 milhões de euros, a somar a 600 mil euros para despesas de representação, 200 mil para ajudas de custo e 800 mil para deslocações e estadias.

O órgão máximo da autonomia regional reserva ainda, anualmente, 1,8 milhões de euros para contribuições para a Segurança Social e 1,6 milhões para a Caixa Geral de Aposentações, para pagar subvenções a antigos deputados.

A Assembleia Legislativa dos Açores é composta por 57 deputados, em representação de oito forças políticas (PS, PSD, CDS-PP, PPM, BE, CH, IL e PAN) e ainda por um deputado independente (ex-Chega).